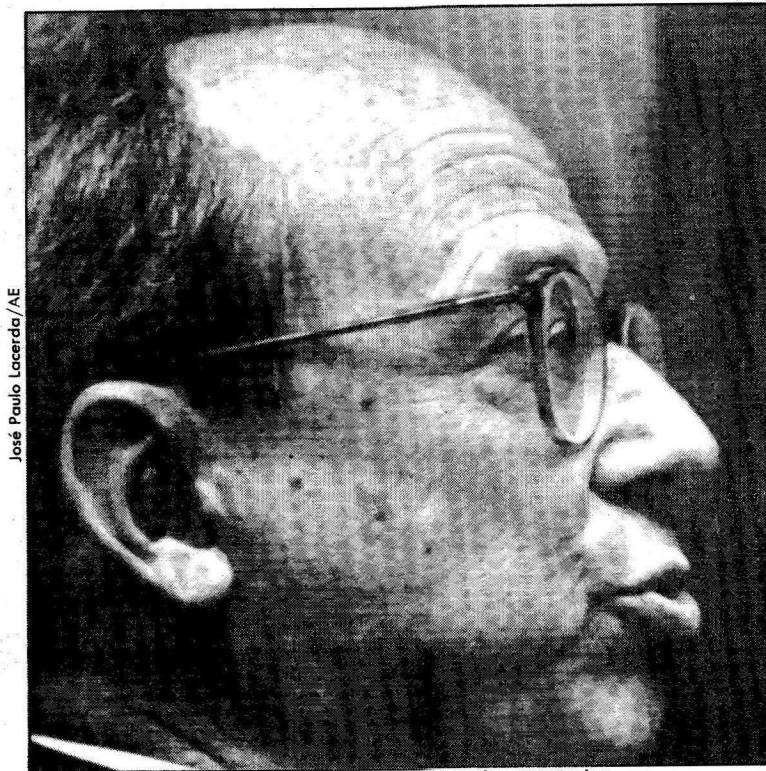


Dívida: País aceita rigores do Plano Brady.

O presidente Fernando Collor viaja segunda-feira para os Estados Unidos, onde pedirá apoio político do governo norte-americano para a renegociação da dívida externa com os bancos, calculada em US\$ 60 bilhões, revelou ontem o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira. "Vamos pedir compreensão e ajuda dos EUA", disse o ministro. Apesar do governo americano não desejar que a questão da dívida seja o tema dominante da visita, Collor vai se encontrar com o secretário do Tesouro, Nicholas Brady, e com o subsecretário David Mulford (veja matéria ao lado). O ministro Marcílio informou que o governo quer negociar a dívida no âmbito do Plano Brady, para obter dos credores a redução do estoque e dos juros devidos e maior prazo de carência para a retomada do pagamento do principal.

A bagagem de Collor foi aliviada ontem de um grande problema: o ministro Marco Aurélio de Farias Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou seguimento para a ação popular proposta pela Frente Parlamentar Nacionalista (PDT, PT, PSDB, PSB, PCB e PC do B) pedindo a suspensão imediata do acordo para o pagamento da dívida externa. O ministro, que é primo do presidente Fernando Collor, considerou improcedente a ação porque entende que o STF não tem competência para julgar ações populares, mesmo que estas sejam impetradas contra o presidente da República. Segundo o ministro, o fórum competente é a Justiça Federal.

Mas, Collor leva ainda dois problemas não resolvidos que fatalmente serão lembrados em Washington: a não aprovação, pelo Senado, do pagamento dos juros atrasados da dívida; e o projeto da nova Lei de Informática, cujo substitutivo, de responsabilidade do PMDB, está sendo refeito no Congresso. No



Marcílio: governo vai pedir a ajuda e a compreensão do governo americano para negociar a dívida em novas bases.

entanto, os especialistas prevêem que esses dois assuntos serão solucionados favoravelmente ao governo, já que existe disposição dos principais partidos em aprovar o pagamento dos atrasados e porque o novo substitutivo da informática é considerado menos protecionista que o elaborado anteriormente pelo deputado Luiz Henrique (PMDB/SC).

Ao optar pelo Plano Brady, o governo inova na negociação da dívida brasileira. Lançado em março de 1989 pelo secretário de Tesouro, Nicholas Brady, o plano propõe a redução da dívida dos países do Terceiro Mundo, a partir de uma negociação envolvendo os bancos credores e organismos internacionais, como FMI, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento. Na negociação comandada pelo ex-ministro Máílson da Nóbrega, a hipótese

de recorrer ao Plano Brady foi descartada, porque a redução que o Brasil obteria não resolveria o problema do financiamento da dívida.

Convite para investir

Marcílio e o presidente do Banco Central, Francisco Gros, integram a comitiva presidencial na viagem de quatro dias aos EUA. Na agenda de Collor não faltará uma reunião com dez importantes dirigentes de multinacionais, quando será formalizado um convite para que voltem a investir no Brasil.

Aos empresários — dirigentes da Xerox, IBM, ATT, Alcoa, Cargill, Monsanto, Texaco, Coca Cola e Rockwell —, Collor prometerá "a estabilização da economia, que as regras do jogo serão respeitadas e que o capital externo não mais será discriminado," garantiu Marcílio.